



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica, cujo objeto social contemple a execução de serviços de elétrica e de redes de lógica, para prestação de serviços técnicos ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).

Contrato com cessão de mão de obra temporária (40 dias de execução), por meio de disponibilização de 05 (cinco) Técnicos em eletricidade e 05 (cinco) Técnicos em rede e telecomunicações, observadas as qualificações mínimas indicadas neste Termo de Referência, para execução de instalações complementares de elétrica e lógica nas instalações do Anexo III do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme projetos elaborados por este Regional.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Como é de conhecimento, está sendo concluído o recebimento definitivo do Anexo III, após cumprimento da primeira etapa da reforma desse prédio. Uma vez entregue, é chegado o momento de promover adequações específicas para permitir o funcionamento administrativo dos diversos setores que ali serão instalados, provenientes do Edifício-Sede, conforme layout pré-definido.

A partir desse instante, será necessário derivar as instalações de elétrica e lógica, de forma complementar as instalações já existentes, de modo a atender o layout proposto para os diversos setores administrativos enquanto durar a reforma do Edifício-Sede, prevista para ter início em novembro de 2022, momento a partir do qual o Anexo III deverá estar completamente adaptado.

3. RELAÇÃO DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

3.1. Os serviços serão realizados por profissionais da área de eletricidade/eletrônica, detentores das qualificações técnicas indicadas neste Termo de Referência, alocados em postos de trabalho temporários. Os serviços deverão ser executados nas dependências do Anexo III que compõe a Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos quantitativos abaixo:

QUANTIDADE	POSTO DE TRABALHO
01	SUPERVISOR
05	TÉCNICO DE REDES E TELECOMUNICAÇÃO
05	ELETRICISTA PREDIAL

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. DISPOSIÇÕES ACERCA DA JORNADA LABORAL DOS POSTOS DE SERVIÇOS

4.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme quadro demonstrativo abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Nº	QT D.	POSTO	HORÁRIO
1	01	Supervisor	Segunda a sexta-feira, das 08 às 17h; sábados das 08 às 12h.
2	05	Eletricista Predial	Segunda a sexta-feira, das 08 às 17h; sábados das 08 às 12h.
3	05	Técnico em Redes e Telecomunicações	Segunda a sexta-feira, das 08 às 17h; sábados das 08 às 12h

4.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.2.1. PREPOSTO

4.2.1.1. A Contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela Administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

4.2.1.2. Preferencialmente, o Supervisor deverá acumular a função de preposto da Contratada.

4.2.1.3. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração do Tribunal, deverá se apresentar no Edifício-Sede do TRE-BA, situado à 1ª Avenida do CAB, 150, Paralela, Salvador-BA, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o(s) servidor(es) designado(s) para esse fim, aqui denominados Fiscais do Contrato, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato. Nessa oportunidade, deverão ser tratados os demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

4.2.1.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem assim, entregar e receber documentos do Contratante em nome da Contratada.

4.2.1.5. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas do TRE e de Segurança e Medicina do Trabalho.

4.2.1.6. O preposto deverá manter contato constante com a Fiscalização com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, de execução de serviços, quanto da manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato.

4.2.2. FORNECIMENTO DE UNIFORMES

4.2.2.1. A Contratada deverá providenciar para que os profissionais indicados para os postos de trabalhos apresentem-se ao serviço trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pela Fiscalização do Contrato e conter as características básicas constantes deste termo de referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.2.2. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue com antecedência suficiente para que os empregados iniciem as atividades já uniformizados.

4.2.2.3. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

4.2.2.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela Contratante.

4.2.2.5. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela Fiscalização do Contrato.

4.2.2.6. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho. A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

4.2.3. DESCRIÇÃO DO UNIFORME

4.2.3.1. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços. Os itens que compõem o conjunto do uniforme estão descritos a seguir (masculino ou feminino):

DESCRIÇÃO	QTD. A SER FORNECIDA POR PROFISSIONAL
Jaleco ou camisa em brim com emblema da empresa	2 unidades
Calça jeans ou brim	2 unidades
Meia	3 pares
Bota de segurança com biqueira de aço, exceto para os eletricitas que deverão utilizar bota com biqueira de material resistente não condutor de eletricidade	1 par

4.2.4. ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.4.1. Supervisor— planejar as atividades; auxiliar o desenvolvimento de processos; executar projetos; treinar auxiliares; primar pela qualidade dos serviços, aplicando normas e procedimentos de segurança no trabalho; coordenar os postos de trabalho que atuam nos serviços de manutenção elétrica e lógica; reportar-se à Fiscalização do Contrato sob comando imediato deste; receber as Ordens de Serviço distribuídas pela Fiscalização do Contrato referentes ao sistema e equipamentos elétricos e dar cumprimento; estimar materiais e peças necessárias à execução dos serviços afetos a manutenção elétrica/lógica; realizar manutenção preventiva/preditiva/corretiva dos sistemas elétricos/lógicos, especialmente da casa de máquinas e subestação; executar os serviços elétricos, telefônicos, de cabeamento de rede lógica e de manutenção predial; auxiliar à Fiscalização do Contrato no planejamento dos serviços elétricos/lógicos sob sua responsabilidade; executar montagem, manutenção preventiva/preditiva/corretiva e reparo de defeitos e anormalidades em instalações elétricas de baixa tensão, sistemas elétricos de máquinas e equipamentos (geradores, motores, transformadores, disjuntores, seccionadoras, pára-raios, equipamentos elétricos de potência, equipamentos e instrumentos de medição e controle, subestação), além de quadros de distribuição e de comando; inspecionar instalações elétricas e equipamentos auxiliares, inclusive subestação; realizar conservação e testar equipamentos para atendimentos dos serviços de manutenção; realizar testes e ensaios elétricos para aceitação e recebimento de novos equipamentos e instrumentos; acompanhar e controlar a manutenção e operação dos sistemas, através de preenchimento de formulários específicos; interpretar esquemas e diagramas; realizar levantamento de cargas; manusear com destreza ferramentas da área de eletricidade; realizar instalação de dispositivos e componentes; fazer medições de tensão, resistência e corrente elétrica; testar continuidade, isolamento e funcionamento de componentes elétricos; programar controladores lógicos programáveis (CLP); instalar equipamentos inversores e conversores; substituir e fixar tomadas, interruptores, fusíveis, lâmpadas e reatores, quadros e acessórios; aplicar corretamente as normas e procedimentos de segurança; executar outras atividades correlatas à função.

4.2.4.2. Técnico em Redes e Telecomunicações – realizar a manutenção dos sistemas de rede de computadores, telefônico, de telecomunicações; em campo, realizar manutenção corretiva/preventiva em equipamentos de telecomunicações tais como: centrais telefônicas, equipamentos de comunicação, antenas, instalação de ramais e redes telefônicas; operar o sistema de telecomunicações verificando melhoria das instalações e funcionamento dos equipamentos; executar serviços de instalação, montagem, reparo, limpeza e ensaios nos sistemas e instalações sob sua alçada; auxiliar no levantamento de equipamentos necessários para dinamizar a comunicação entre setores, com base nas necessidades dos usuários; instalar equipamentos de telecomunicação bem como circuitos eletrônicos, de acordo com projetos; executar projetos de redes telefônicas, de acordo com a localização e disposição dos aparelhos; levantar dados para elaboração e atualização do cadastro geral das instalações, equipamentos e instrumentos de testes; realizar manutenção preventiva e corretiva em sistemas de baterias dos equipamentos, de acordo com manuais, catálogos, instruções e especificações técnicas; identificar e analisar anormalidade de regulação de tensão nos equipamentos; modificar o sistema de telecomunicações através de melhoramento de instalação, alterando condições de funcionamento de equipamentos, se determinado pela Fiscalização do Contrato; analisar instruções de manutenção e funcionamento dos equipamentos, através de manuais, catálogos, instruções e especificações técnicas; executar testes de aceitação de equipamentos para comprovação de especificações técnicas do fabricante; informar imediatamente ao Supervisor qualquer anormalidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

encontrada; acompanhar o preenchimento de formulários de controle das condições operativas do sistema e inspeções dos equipamentos; participar das manobras necessárias à instalação e operação de sistemas e componentes; manter em observação constante as condições de operação do sistema telefônico; resolver qualquer situação de emergência, como interrupção do sistema, dano em equipamentos, acidentes pessoais e outros; executar outras atividades correlatas à função.

4.2.4.3. Eletricista Predial – realizar manutenção preventiva/preditiva/corretiva dos sistemas elétricos, executar serviços elétricos, de manutenção predial; instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos; realizar medições e testes; executar as orientações do Supervisor na execução dos serviços elétricos sob sua responsabilidade; executar manutenção preventiva/preditiva/corretiva e reparo de defeitos em instalações elétricas de baixa tensão e sistemas elétricos, além de quadros de distribuição e de comando; inspecionar instalações elétricas; manusear com destreza ferramentas da área de eletricidade; realizar instalação de dispositivos e componentes; fazer medições de tensão, resistência e corrente elétrica; testar continuidade, isolamento e funcionamento de componentes elétricos; auxiliar a instalação de equipamentos inversores e conversores; aplicar corretamente as normas e procedimentos de segurança; executar outras atividades correlatas à função.

4.2.5. MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL

4.2.5.1. MATERIAIS DE CONSUMO BÁSICOS

4.2.5.1.1. São materiais de consumo, peças de reposição e insumos relacionados aos equipamentos e ferramental básicos, necessários ou complementares à sua utilização, tais como buchas, fita isolante, abraçadeiras, graxa, estopa, brocas, etiquetas, arrebites, pregos, porcas, arruelas, pilhas, lixas, disco de serra etc., a serem utilizados na execução dos serviços, cujos custos já estão incluídos na composição da mão de obra, na parcela referente a materiais.

4.2.5.1.2. A Contratada deverá fornecer todo e qualquer material de consumo básico necessário à perfeita execução dos serviços, sem ônus adicional para a Contratante, devendo os seus custos estarem previstos na proposta. A Contratada deverá manter estoque mínimo desses itens, na sede do TRE-BA, para o fornecimento imediato aos seus empregados no atendimento dos serviços.

Lista – Materiais de consumo básicos

DESCRIÇÃO	QTD/UN
Fita crepe 50mm e 18mm	50
Fita isolante de baixa tensão	100
Refil rotulador brother ou similar	10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Solda estanho 60x40 fio 1.0mm c/ fluxo RA (T2) 500g	4
Terminais elétricos (agulha, garfo, compressão, pressão)	404
Velcro largo 20 cm organizador de cabo	425

4.2.5.2. FERRAMENTAL, EQUIPAMENTOS BÁSICOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL- EPI

4.2.5.2.1. Todo o ferramental e equipamentos básicos, inclusive Equipamentos de Proteção Individual-EPI, necessários para a realização dos serviços objeto deste contrato, serão fornecidos pela Contratada, sem ônus adicionais para a Contratante, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos com a colocação e/ou disponibilização no local.

4.2.5.2.2. A Contratada deverá manter, nas dependências da Contratante, os Equipamentos e Ferramental necessários às rotinas de manutenção, bem como para uso dos postos de trabalho, que deverão ser listados e mantidos em condições de uso adequado.

4.2.5.2.3. Os custos com manutenção e depreciação do ferramental e equipamentos deverão constar na proposta da Contratada.

Lista exemplificativa do ferramental e equipamentos básicos

DESCRIÇÃO	QTD/ UN
Alicate cortador, descascador e desencapador de fio	5
Alicate crimpador RJ11 e RJ45 com trava de catraca - rede e telefonia.	5
Alicate de bico fino	5
Alicate de corte	5
Alicate para prensar terminais p/ fios e cabos	5
Alicate universal 8"	5
Alicate volt-amperímetro (fluke).	5
Chave Philips ¼ x 5"	5
Chave Philips 1/8 x 3	5
Chave Philips 3/16 x 3"	5
Chave Philips 3/16 x 4	5
Chave philips com isolamento 1/4"x5"	5
Chave philips com isolamento 1/8"x3"	5
Chave philips com isolamento 3/16"x3"	8
Chave philips com isolamento 3/16"x3"	5
Detector de tensão (minipa)	5
Estilete	5
Faca isolada pra eletricista	5
Guia malha de aço (condutor de cabos)	5
Jogo de chaves de fenda isolada	5
Jogo de chaves de fenda/ 6 peças	5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Localizador de cabos de rede (UTP 4 pares) e de cabos de telefonia.	2
Parafusadeira/furadeira de ímpeto HP488DW-makita ou similar	5
Punch Down para inserção em terminais de rede RJ45.	3
Rotuladora com etiquetas.	1
Sacola para eletricista	10
Testador de cabo de rede p/ RJ11 e RJ45.	5
Trena	5

Lista – Equipamentos de Proteção Individual-EPI

DESCRIÇÃO	QTD/UN
Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (Classe B)	10
Protetor auditivo tipo plug de inserção com cordão, atenuação superior a 15	10
Óculos de segurança contra impactos com lente incolor, armação nylon, com proteção UVA e UVB.	10
Luvas p/ eletricista de 500V classe 00 tipos 2	10

5. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1. A empresa vencedora deverá prever, na sua proposta, todas as despesas com os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços.

5.2. Os serviços deverão ser executados sob o acompanhamento de um engenheiro eletricista da Contratada, que deverá emitir ART pela execução dos serviços.

5.2.1. Se necessário, as equipes deverão buscar orientações junto à Fiscalização Técnica do Contrato BA, para boa execução dos trabalhos.

5.3. Os serviços serão executados nas instalações do Anexo III deste Tribunal, na execução de instalações de elétrica e lógica complementares de acordo com projeto fornecido pela Seção de Projetos e Obras - SEPROB e com fornecimento de material pelo Contratante, promovendo a completa adequação dessas instalações em termos de instalações elétrica e de lógica permitindo assim que as estações de trabalho dos diversos setores possam estar funcionando corretamente.

5.4. Os profissionais deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas deste Termo de Referência:

- Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído (a) por outro (a) profissional ou quando autorizado;
- Apresentar-se devidamente identificado (a) por crachá;
- Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
- Cumprir as normas internas do órgão;
- Entrar em áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- f) Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- g) Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- h) Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- i) Não realizar trabalhos estranhos ao contrato, durante o horário de trabalho e nas dependências do TRE-BA;
- j) Tratar a todos com urbanidade, ou seja, agir com respeito com as pessoas, demonstrando civilidade e afabilidade;
- l) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;
- m) Não participar, no âmbito da Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

5.5. O horário de expediente do Tribunal é das 07:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

5.6. Os serviços objeto desta contratação serão executados nas dependências do Anexo III da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

5.7. Os profissionais cumprirão jornada de 08 (oito) horas por dia, de segunda a sexta, e 04 (quatro) horas, aos sábados.

5.8. A Contratada deverá controlar a frequência dos seus empregados.

5.9. Será exigido da Contratada o pleno conhecimento do conteúdo dos Contratos, e respectivos Termos de Referência/Projetos Básico.

5.10. A Contratada deverá realizar atividades relacionadas ao objeto do contrato, bem como as que guardem afinidade com a execução dos serviços:

- a) Realizar o acompanhamento diário dos serviços;
- b) Participar de reuniões periódicas, juntamente com a Fiscalização do TRE-BA, se necessário.
- c) Atender às solicitações da Fiscalização do TRE-BA para acompanhar a equipe, sempre que solicitado, no local de trabalho, ou local diverso, em reuniões e/ou verificação de quaisquer serviços relacionados ao objeto do contrato;
- d) Informar à Comissão de Fiscalização do TRE-BA, de imediato e formalmente (por documento protocolado ou e-mail), toda e qualquer ocorrência que venha ou possa vir a comprometer, direta ou indiretamente, o regular andamento dos serviços que estão sendo prestados ou situações futuras e possam decorrer em razão da ocorrência;
- e) Proceder às devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA/BA, referentes aos serviços a serem executados.

5.11. Deverão ser consideradas, juntamente com o que se estipula neste documento, e em total observância às recomendações das normas e publicações abaixo listadas, bem como aquelas pertinentes, porventura aqui não listadas, a na execução dos serviços:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) Normas e especificações constantes nos projetos existentes neste TRE;
- b) Normas da ABNT;
- c) Disposições legais da União e do Estado da Bahia;
- d) Regulamentos das empresas concessionárias;
- e) Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- f) Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- g) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- h) Práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção;
- i) Qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);
- j) Legislação Municipal vigente na cidade de Salvador e nas cidades onde forem realizados os serviços de fiscalização;
- l) Especificações;
- m) Métodos de ensaio;
- n) Terminologias;
- o) Padronização;
- P) Simbologias.

6. QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

6.1. Supervisor

- a) Formação de nível médio (2º grau) e técnico eletrotécnico;
- b) Curso de Instalações Elétricas Industriais com carga horária mínima de 200 horas, com conhecimento de comandos elétricos e manutenção de motores elétricos, constante da grade curricular do curso;
- c) Experiência mínima comprovada de 5 (cinco) anos em manutenção de subestação elétrica e na função de eletricitista industrial de manutenção.

6.2. Técnico em Eletricidade

- a) Formação de nível fundamental;
- b) Curso de Instalações Elétricas com carga horária mínima de 200 horas, com conhecimento de comandos elétricos e manutenção de motores elétricos, constante da grade curricular do curso;
- c) Experiência mínima comprovada de 01 (um) ano na função de eletricitista de manutenção.

6.3. Técnico em Redes e Telecomunicações

- a) Formação de nível médio;
- b) Curso na área de redes e telecomunicações, com conhecimento em cabeamento estruturado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- c) Experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em manutenção de rede de cabeamento estruturado;
- d) Curso Furukawa Certified Professional ± FCP Fundamental ou equivalente que demonstre a participação em curso de capacitação em rede de dados estruturada;
- e) Experiência em Distribuidor Geral - DG, rede telefônica e instalação de aparelhos, conectorização e instrumentos de medição e certificação para redes;
- f) Experiência em instalações de telecomunicações, aterramento, instalação de caixas, eletrocalhas e bandejamento para cabos de eletrônica ou telecomunicação;
- g) Conhecimento em instalação de suportes, racks e demais utilidades para rede de telemática;
- h) Conhecimento de redes de dados, cabeadas (UTP, ópticas) e redes sem fio;
- i) Experiência em leitura e interpretação de plantas de desenhos técnicos;
- j) Experiência com cabeamento estruturado e linhas de comunicação;
- l) Conhecimento em serviços, ferramentas e protocolos de rede (TCP/IP).

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Será exigida da Licitante a apresentação da seguinte documentação de qualificação técnica:

7.1.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

7.1.1.1. Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada.

7.1.1.1.1 Caso a licitante seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, comprovante de seu registro na Regional da Bahia - CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, in. II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

7.1.1.2. Um ou mais atestados de capacidade técnica-operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a boa e regular prestação dos serviços de natureza pertinente e compatível com o objeto da contratação, em edificações não residenciais, com as seguintes características mínimas:

7.1.1.2.1. Manutenção predial ou participação comprovada na execução ou fiscalização de projeto de sistema elétrico em edificação abrangendo circuitos elétricos e de lógica, em instalações de edifício compatíveis com a área do Anexo III do TRE (mínimo de 2.000 m²).

7.1.1.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo da proponente.

7.1.1.3.1. Serão consideradas do mesmo grupo empresas, aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.1.1.4. Não serão aceitos somatório de atestados para comprovação das áreas mínimas, sendo possível, contudo, que a Proponente apresente atestados diversos para itens distintos.

7.1.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

7.1.2.1. Certidão de Acervo Técnico emitida pela entidade profissional competente em nome dos responsáveis técnicos exigidos para a execução do objeto, acompanhada do respectivo atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que aqueles profissionais já executaram os seguintes serviços:

7.1.2.1.1. Engenheiro Eletricista: operação e manutenção de instalações prediais, abrangendo circuitos elétricos e lógica em edificação.

7.2. Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica citados deverão integrar o quadro permanente da licitante na data da licitação.

7.3. A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

8. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, para posterior verificação de sua conformidade com as premissas fornecidas pela fiscalização e as condições pactuadas.

8.2. Em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará os serviços prestados, que estando em conformidade as premissas fornecidas pela fiscalização, as Normas/ legislação e com as condições pactuadas, serão recebidos definitivamente.

8.3. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, a apresentação da seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Indicação formal do preposto da Contratada, bem como de telefone de contato e endereço eletrônico para fins de recebimento de todas as comunicações do Contratante;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada.

8.4. A Contratada deverá entregar, quando solicitado pela Administração ou Fiscalização do contrato, os seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante (Tribunal Regional da Bahia);
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de Lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

8.5. A Contratada deverá entregar cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, no prazo definido no ajuste:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço. Devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição Previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.5.1. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas, elencados nos subitens acima, poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

8.6. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência, no Contrato e na legislação vigente:

- a) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas às exigências contratuais por parte da Contratada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de equipe de fiscalização designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- c) Notificar, por escrito, a Contratada, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- d) Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços contratados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- f) Zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

9.2. Em face da especificidade dos serviços a serem prestados, que demandam decisões imediatas e orientações variadas, os empregados da Contratada poderão ser notificados diretamente pela Contratante para a execução das tarefas, sem que isto configure subordinação daqueles a esta.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência, no Contrato e na legislação vigente:

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços discriminados neste Termo de Referência, no Contrato e na legislação vigente;
- b) Cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal (Resolução Administrativa nº 3/2017);
- c) Iniciar os serviços no prazo pactuado e com todos os materiais e equipamentos necessários ao perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais;
- d) Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado;
- e) Zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;
- f) Prover o pessoal necessário para garantir a execução contínua dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- g) Apresentar a RRT/ART dos responsáveis técnicos da empresa, até o dia anterior à data estabelecida para o início dos serviços. A apresentação da RRT/ART é imprescindível para a realização dos trabalhos e deverá ser protocolada na Seção de Protocolo do TRE-BA;
- h) Apresentar RRT/ART de cada trabalho técnico realizado em decorrência do Contrato, se assim for exigido;
- i) Responder por danos causados ao TRE-BA ou a terceiros, na execução do contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- j) Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos seus empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como por indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços;
- l) Participar de reuniões com a equipe de Fiscalização do TRE-BA e as empresas contratadas para prestação de quaisquer serviços objeto desta contratação, sempre que solicitado pela Contratante;
- m) Relatar ao Gestor e/ou a Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

em virtude da prestação dos serviços;

n) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

o) Fornecer aos profissionais responsáveis pela execução dos serviços uniformes e crachás e os equipamentos de proteção individual necessários (EPI's), de acordo com os serviços a serem realizados. Durante o horário dos trabalhos, estes profissionais deverão permanecer identificados através de crachá funcional;

Os EPI's devem estar de acordo com a NR 6 – Equipamento de proteção individual – EPI.

p) Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse no serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

q) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem a prévia e expressa anuência do TRE-BA;

r) Efetuar o pagamento dos empregados, impreterivelmente, até o 5º (quinto) dia útil, subsequente à prestação dos serviços;

s) Manter relação empregatícia com os profissionais alocados nos postos de trabalho, inclusive os que substituírem em suas faltas e arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros encargos decorrentes de sua condição de empregadora, apresentando mensalmente à Contratante, nas datas convencionadas, a comprovação do recolhimento dos impostos devidos, bem como a comprovação dos demais valores que compõem a fatura, para que possam ser liberadas para pagamento pela Fiscalização do Contrato;

t) Participar de reunião inicial com a Contratante, em até 02 (dois) dias após o recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas e discutir questões relativas aos serviços.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A vigência do contrato será de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura.

12. PRAZOS

12.1. As partes deverão observar os seguintes prazos contratuais:

12.1.1. O Contrato terá **prazo de execução de 40 (quarenta) dias**, a contar do início dos serviços, com possibilidade de prorrogação por igual período.

12.1.2. A Contratante agendará reunião inicial com a Contratada, **em até 02 (dois) dias**, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado.

12.1.3. Em observância às Leis 6.496/1977 e 12.378/2010 deverão ser apresentadas todas as RRT's (Registro de Responsabilidade Técnica) no CAU e/ou ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) no CREA pela Contratada do responsável técnico pela empresa,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

antes do início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

12.1.3.1. A apresentação das RRT/ARTs é condição necessária para o início dos serviços.

12.1.4. A Contratante emitirá a Ordem de Serviço para início da execução dos serviços, em **até 10 (dez) dias**, a contar do recebimento, pela Contratada, da via do Contrato assinado.

12.1.5. Os serviços serão iniciados em **no máximo 02 (dois) dias**, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviços emitida pela Fiscalização do Contrato.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado, sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura relativa à prestação dos serviços executados no mês imediatamente anterior ao da sua emissão, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

13.2. A Contratada estará sujeita aos ajustes no pagamento pelas metas não atendidas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante deste Termo de Referência.

13.3 A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço.

13.4. A apresentação da nota fiscal/fatura juntamente com a documentação aqui enumerada se dará, obrigatoriamente, através da Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

13.5. Para a efetivação do pagamento por parte da Contratante, além das exigências constantes do Edital e do Contrato, deverá a Contratada apresentar:

- a) Comprovante de pagamento de salários dos profissionais, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de Lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho que prestaram serviços nas dependências da Contratante, no prazo previsto em Lei, referente ao mês a que se refere a nota fiscal/fatura;
- b) Folha de frequência dos empregados referente ao mês da prestação do serviço;
- c) Cópia do comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, do mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;
- d) Cópia do comprovante de recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;
- e) Comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

13.6. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária da Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST).

13.6.1. A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

13.7. Condiciona-se o pagamento, ainda, à declaração da Fiscalização do Contrato de que os serviços foram executados na forma avençada.

13.8. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

14. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

14.1. A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

14.1.1. Atrasar injustificadamente o início dos serviços – 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

14.1.2. Atrasar, até no máximo 02 (dois) dias o atendimento para a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – 1% do valor total dos serviços, por dia de atraso;

14.1.3. Não realizar a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – 1% do valor do contrato, por ocorrência;

14.1.4. Inexecução total – 10% sobre o valor total contratado.

15. INEXECUÇÃO CONTRATUAL E PENALIDADES

15.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 25% sobre o valor total da contratação, a Contratada que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Fraudar a execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Fizer declaração falsa.

15.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a Contratante poderá aplicar à Contratada, pela inexecução das obrigações assumidas e pelo retardamento ou pela falha na execução do contrato, isoladamente ou juntamente com as multas definidas neste Termo de Referência, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, por prazo não superior a dois anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93; ou
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

15.3. O retardamento da execução do contrato ficará configurado quando a Contratada deixar de iniciar, sem justa causa, a execução dos serviços no prazo pactuado.

15.4. A aplicação das penalidades não desobriga a Contratada de cumprir as obrigações estabelecidas contratualmente dentro dos prazos.

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1 No prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da sua via do Contrato assinado, a Contratada prestará garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, observadas as regras estabelecidas no Edital.

17. MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 7º, parágrafo único, da Portaria nº 305/2019, do TRE-BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo à eventual multa a ser-lhe aplicada.

17.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

18. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

18.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

18.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

18.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

19. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

19.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) A coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

19.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

19.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

19.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

19.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

20. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

20.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e/ou não demanda grande capacidade econômica para sua execução/fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Ademais, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só cumprirem as obrigações do contrato.